



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

1 **O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC)**, no dia  
2 02 de fevereiro de 2021, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google  
3 Meet e transmissão ao vivo pelo Canal da Secretaria do Desenvolvimento Social de SC  
4 no Youtube, realizou a 1ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano,  
5 sob a condução da Conselheira e Presidente do CEDIM/SC Célia Fernandes,  
6 representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC). A 1ª  
7 Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das Conselheiras Titulares  
8 representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Fabiana de  
9 Souza, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS);  
10 Conselheira Suplente Elisandra da Silva Fortkamp, representante da Procuradoria Geral  
11 do Estado (PGE); Conselheira Suplente Kelly Cristina Schafer Batistella, representantes  
12 da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Francieli  
13 Magri, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR);  
14 Conselheira Adriana Maria da Silva Rubini, representante da Secretaria de Estado da  
15 Saúde (SES). Participaram também as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes  
16 das Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular Sheila Sabag, representante  
17 da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Morgani Guzzo representante do  
18 Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (IEG/UFSC); Conselheira Suplente Eva Santos  
19 da Rosa, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC);  
20 Conselheira Suplente Rita de Cássia Maraschin da Silva, representante da Federação dos  
21 Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de SC (FETRAF-SC);  
22 Conselheira Titular Júlia Merlim Borges Eleutério e Conselheira Suplente Juliane  
23 Patrícia Tavares, representantes do Movimento Jovem de Araquari; e Conselheira  
24 Titular Rosaura de Oliveira Rodrigues, representante Rede Nacional Feminista de  
25 Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Justificaram ausência: Conselheira  
26 Suplente Jurema Terezinha Sprada, representante da Secretaria de Estado da  
27 Administração (SEA); Conselheira Titular Tatiane Mariza de Souto, representante da  
28 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Janice Kleemann Thomé  
29 da Cruz Bunn, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira  
30 Titular Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da  
31 Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Caroline Tavares Meireles, representante  
32 do Conselho Regional de Psicologia (CRP 12º) ; Conselheira Suplente Gláucia de  
33 Oliveira de Assis, representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da  
34 Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A reunião contou ainda  
35 com a participação de Tanara Rogowski dos Santos, Secretária Executiva do  
36 CEDIM/SC; Patrícia Dziedicz, Consultora Jurídica da SDS/SC, Tiago Silva, Janice  
37 Merigo, representante da FECAM e as representantes indicadas para compor o CEDIM  
38 na próxima Gestão do Conselho: Albertina Bertotto, representante da FETAESC -  
39 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina; Luana Garbin



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

40 e Francine Costa, representantes da IEG/UFSC - Instituto de Estudos de Gênero; Rejane  
41 Silva Sanchez, representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; Liliana Piscki  
42 Maes e Rosemeri Miranda Prado, representantes da CUT/SC - Central Única dos  
43 Trabalhadores de Santa Catarina; Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins,  
44 representante da UDESC/LABGEF - Laboratório de Relações de Gênero e Família da  
45 Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina; Stephanie Garavelho Ghisio de  
46 Lassus, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA). A 1ª Plenária  
47 Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2021 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do  
48 Quórum; 2. Justificativas de Ausências; 3. Abrigo Regional de Acolhimento de  
49 Mulheres Vítimas de Violência - Convidado Tiago Silva; 4. Aprovação da Ata da 9ª  
50 Reunião Plenária Ordinária – Ano 2020, realizada em 03 de novembro de 2020;  
51 Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2020;  
52 Aprovação da Ata da 10ª Reunião Plenária Ordinária de 2020, realizada em 01 de  
53 dezembro de 2020. 5. Comissões: 5.1 Comissão Eleitoral: Edital 02/2020 e demais  
54 informações; 5.2 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: Pacto  
55 Estadual Maria da Penha; Encaminhamento sobre retorno da solicitação de dados à  
56 Secretaria Estadual da Saúde - atendimento às vítimas de violência Sexual em SC; 5.3  
57 Comissão de Comunicação; 5.4 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento: Retorno  
58 da COJUR sobre as propostas de adequações da Lei do CEDIM; 5.5 Comissão da V  
59 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. 6. Programação: 08 de Março - Dia  
60 Internacional das Mulheres. 7. Informes Gerais; 8. Encerramento. Aberta a reunião, após  
61 levantamento do quórum, Célia agradeceu as presenças e deu continuidade à reunião.  
62 Célia apresentou o convidado da reunião Tiago Silva que foi vereador da capital e  
63 atualmente está à frente do PROCON. Explicou que o convidado também é uma das  
64 pessoas que lutam pela causa da mulher e que pediu o espaço para o CEDIM, assim  
65 como já teve um momento junto ao conselho para expor o projeto da Casa Abrigo.  
66 Célia então passa a palavra para o Tiago que agradeceu a oportunidade à Presidente do  
67 conselho e demais conselheiras. Tiago indagou que a Casa já foi visitada pela Janice da  
68 FECAM, pela Delegada Patrícia e que também convidou algumas autoridades, como o  
69 juiz Doutor Marcelo, a doutora Ana Luísa, a desembargadora Salete Sommariva.  
70 Continuou dizendo que a Casa é uma em parceria com a entidade que já existe Balneário  
71 Camboriú, onde abrange toda uma política pública voltada ao acolhimento da mulher e  
72 também das crianças vítimas de violência. Tiago pediu apoio para as Conselheiras para  
73 que possam acompanhar de perto esse projeto que vai dar a oportunidade de ter na região  
74 uma Casa para atender os municípios da Grande Florianópolis que hoje ainda não tem.  
75 A Casa está situada no município de São José (ainda não foi inaugurada) e atenderá não  
76 só as mulheres da Grande Florianópolis, mas também muitas mulheres que não têm  
77 abrigo no seu município. Falou que está tentando fazer várias tratativas por meio da  
78 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Relatou que a Casa também foi



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

79 visitada pela secretária Maria Elisa de Caro na época, juntamente com a Diretora dos  
80 Direitos Humanos, Karina e o Servidor Caio. Tiago mencionou que o Governo do Estado  
81 por meio da Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado do  
82 Desenvolvimento Social instituiu a Instrução Normativa 09/2019 a qual destina até 5%  
83 das vagas de mão de obra terceirizada do Estado à mulheres vítimas de violência e que  
84 o objetivo é aprimorar os serviços para que essas mulheres que se encontram em casas  
85 de acolhimentos possam ter prioridade nessas vagas, para que possam sair da Casa já  
86 com uma oportunidade de trabalho. Tiago convidou as conselheiras para visitarem o  
87 espaço, bem como auxiliarem no planejamento. Patrícia, que é Consultora Jurídica da  
88 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, pede a palavra e diz que a SDS já  
89 recebeu esse pleito por meio da Federação Catarinense de Municípios - FECAM que  
90 encaminhou um Ofício por meio da Casa Civil solicitando auxílio financeiro para  
91 custeio de 20 vagas nesta Casa Abrigo. Explicou que a Consultoria Jurídica da SDS/SC  
92 respondeu esse Ofício solicitando que o pedido fosse melhor instruído, pois não se pode  
93 fazer um repasse ou custear vagas de uma maneira direcionada. Mencionou que existe a  
94 Lei 13.019 de 2014 que é justamente o marco regulatório do terceiro setor,  
95 regulamentado já no estado, bem como o Decreto 1.196 de 2017 que regula o regime  
96 jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil,  
97 pois trata-se de regime de mútua cooperação para a finalidade de interesse público  
98 recíproco que é exatamente a situação do acolhimento das Mulheres vítimas de  
99 violência. Patrícia então pediu ao Tiago e as conselheiras, no sentido de orientação, que  
100 assim que encaminhar essa solicitação, que seja formatado e bem instruído, com projeto,  
101 plano de trabalho, com os atos constitutivos da entidade com inscrição da Assistência  
102 Social Municipal, se houver, com declaração da utilidade pública, se houver, com a  
103 discriminação da Equipe técnica com a qualificação, para que permita realizar análise  
104 criteriosa à luz dessa lei do marco regulatório e evitar problemas futuros e retrabalhos.  
105 Patrícia finalizou sua fala dizendo que enquanto Consultoria Jurídica a função é ajudar  
106 para que as coisas sejam feitas dentro da legalidade, com a maior transparência possível.  
107 Célia passa a palavra para a Conselheira Fabiana, que hoje está como Gerente de  
108 Políticas para Mulheres e Direitos Humanos. Fabiana corroborou com a Patrícia e  
109 complementa que a gerência pode contribuir nessa questão da análise da documentação  
110 quando for entregue à SDS/SC. Sheila se inscreve e comentou que o Tiago já vem há  
111 muito tempo tentando viabilizar esse projeto. Diz que considera que as informações da  
112 Consultora Patrícia são muito importantes. Sheila falou que essa discussão sobre serviço  
113 de acolhimento é uma política social de alta complexidade, e isso é muito importante  
114 discutir pela falta de um abrigo Estadual que pode, de acordo com o projeto, trabalhar  
115 em âmbito estadual e pensar de que forma será possível contemplar as mulheres de  
116 outros municípios. Sheila falou que é necessário pensar não só nessa parte do  
117 acolhimento, mas também numa política pública estadual de enfrentamento à violência



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

118 contra as mulheres e dentro dessa política estadual as ações específicas que poderão ser  
119 realizadas. Sheila continuou dizendo que o que foi feito até agora foi viabilizar o Pacto  
120 Estadual Maria da Penha e que pretende-se retomar as reuniões de alinhamento e  
121 contemplar as ações previstas na rede de enfrentamento à violência. Salientou que tudo  
122 isso tem que fazer parte de uma política do estado, caso contrário, não vai ser possível  
123 avançar, não vai diminuir o número de violência contra as mulheres, que é um número  
124 expressivo. Sheila considerou que a importância desse abrigo é muito relevante, mas  
125 que é necessário trabalhar as questões jurídicas como a Patrícia e a Fabiana falaram.  
126 Sheila encerrou sua fala sugerindo que a Comissão de enfrentamento do CEDIM, junto  
127 com a Gerência- GEMDH possam acompanhar toda a tramitação desse processo. Tiago  
128 indagou que irá agendar uma conversa com a Patrícia para trabalhar dentro da  
129 legalidade, que o objetivo é que essa Casa Abrigo seja referência não só que o Estado  
130 de Santa Catarina, mas também para o Brasil. Tiago comentou que é uma casa que, quem  
131 já foi visitar, viu o quanto é trabalhoso, o quanto a gente quer dar conforto não só as  
132 mulheres, mas também as crianças para que essa elas possam ter uma dignidade  
133 enquanto estiverem nesta Casa, pois não adianta fazer uma Casa tendo um olhar como  
134 se fosse um Albergue, que não é esse o conceito. Explicou que a finalidade é que as  
135 mulheres entrem na Casa e sintam-se seguras e que possam ter um acompanhamento  
136 psicológico e também jurídico para que tenham oportunidades de quando saírem,  
137 principalmente estarem aptas para o mercado de trabalho. Tiago afirmou que pretende-  
138 se uma política real, uma política pública junto com a Secretaria do Estado do  
139 Desenvolvimento Social e com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher fiscalizando  
140 e também orientando qual a melhor maneira de agir, o ideal para que esta Casa seja  
141 exemplo para o Estado de Santa Catarina. Falou da importância do acompanhamento  
142 dos três setores: Da Entidade no gerenciamento, da SDS/SC no apoio jurídico e técnico  
143 e o do CEDIM fazendo monitoramento da política pública. Tiago finalizou sua fala  
144 dizendo trata-se de uma política pública, que chegou a hora de implementá-la, diz que a  
145 Casa já foi construída e agora é colocá-la em prática e sempre dentro da legalidade.  
146 Fabiana se inscreveu e complementou que a SDS/SC, por meio da Diretoria de  
147 Assistência Social compõe um grupo de trabalho técnico para construção do Diagnóstico  
148 do piso de Alta Complexidade, o qual comporá o Plano de Regionalização da Proteção  
149 Social Especial no Estado de Santa Catarina. E que é sabido que os abrigos para as  
150 mulheres em situação de violência, dentro da tipificação dos serviços socioassistenciais,  
151 compõem a proteção social especial de alta complexidade. A ideia então é que a partir  
152 desse diagnóstico também se faça um plano de regionalização da proteção social  
153 especial de alta complexidade, então vai haver um plano, que já se iniciaram algumas  
154 pesquisas nesse grupo de trabalho e já se fez algumas pesquisas em relação a ofertas de  
155 serviços no Estado de Santa Catarina. Fabiana frisou que o Estado cofinancia junto aos  
156 municípios os serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Média e



157 Alta Complexidade e os Benefícios socioassistencias. O cofinanciamento foi pactuado  
158 pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e aprovado pelo Conselho Estadual de  
159 Assistência Social. Fabiana sugeriu maior articulação e sempre tentar o diálogo, pois  
160 temos a mesma finalidade que é a construção da política das mulheres. Sheila pediu a  
161 palavra e complementou a fala da Fabiana. Indagou que considerando o cofinanciamento  
162 para as políticas de alta complexidade dentro do Estado junto aos municípios, se não  
163 seria possível criar uma forma de ‘diálogo’ entre os municípios, pois o que acontece na  
164 prática hoje é que um município que tem Casa Abrigo, não atende mulheres de outro  
165 município, que o cenário poderia ser outro, especialmente porque muitas vezes é  
166 necessário retirar a mulher daquela situação, ela precisa sair daquele município, pois  
167 está correndo risco de morte e tem dois, três filhos e precisa levá-los junto e não tem  
168 para onde ir. Questionou de que forma é possível pensar nisso dentro da Gerência da  
169 Mulher. Tiago complementou falando que pensando nisso é que vem a casa e vai atender  
170 todo o Estado. Tiago citou que em dezembro houve uma situação de uma mulher que  
171 foi agredida em Biguaçu e ela não tinha para onde ir, contou que conseguiram hospedá-  
172 la em um hotel junto com os filhos para não deixar essa família na rua até o juiz dar as  
173 medidas protetivas. Indagou que é por isso que estão oferecendo e pedindo esse  
174 custeamento das 20 vagas iniciais para que seja possível atender toda essa lacuna, para  
175 atender independente de qual for o município. Assim, a mulher estará protegida para ir  
176 até a delegacia e fazer a denúncia. Continuou dizendo que “Estado hoje não oferece uma  
177 casa ou uma proteção de acolhimento e que dê um empoderamento para essa mulher, o  
178 Poder Judiciário hoje demora em média 20 a 30 dias para fazer as suas medidas  
179 protetivas, então nós temos que criar essas redes. Penso que o ideal seria ter mais 7 casas  
180 regionais, mas como não tem nenhuma, que a gente possa começar pelo menos por essa  
181 de São José e depois criar essa rede, aí sim nós estamos falando realmente de uma  
182 política pública que até então nós não criamos. Essas 11 casas que existem são casas  
183 municipais que atendem seus municípios, não atende o Estado. Então nós precisamos  
184 urgentemente começar a fazer esta rede e criar sim uma política pública de Estado.”  
185 Rosaura indagou que gostaria de lembrar que o atendimento do SUAS deve ser realizado  
186 nos moldes parecido com o SUS com o dever, com a obrigatoriedade de atender, em  
187 casos urgentes e casos gravíssimos. Explicou que como se trata de risco de vida dessas  
188 mulheres, com possibilidade feminicídio, o dever judicial é do Estado, não é federativo.  
189 É federativo enquanto política pública federal e que continua a briga para aumentar o  
190 percentual de 1% por cento, mas nem isso é garantindo para que as políticas públicas  
191 sejam feitas no SUS, que é um o pacto tripartite. O que é feito a nível federal, estadual  
192 e municipal que deveria ficar com a atenção básica e com as medidas de prevenção de  
193 Educação de saúde e o Estado deveria atuar nos casos mais graves, que é o caso das  
194 casas abrigos. Desse modo, no seu entender, é necessário garantir que o Estado cumpra  
195 o seu dever. Finaliza dizendo que é necessário começar a colocar os pingos nos “is” e



196 questiona: Quem é o responsável? De onde vem a verba? Janice, da FECAM, endossa  
197 a fala da Rosaura e diz que conheceu a Casa Abrigo proposta por Tiago e que falta  
198 interesse do Estado. Diz que como não existe o serviço estadual, muitas vezes os  
199 municípios acolhem as mulheres em hotéis ou na casa de famílias acolhedoras, o que  
200 não é adequado. Célia agradeceu a participação do convidado Tiago Silva e da  
201 Consultora Jurídica Patrícia e dá continuidade à pauta da reunião. Inicialmente, todas as  
202 conselheiras se apresentaram. Célia esclarece que foi feito o convite para todas as  
203 representantes que farão parte da próxima gestão, porém, ainda não saiu a nomeação no  
204 Diário Oficial do Estado e o Conselho ainda está em processo eletivo da Sociedade Civil.  
205 Após as apresentações, Célia solicitou à Tanara que mencionasse as justificativas de  
206 ausência. Ato contínuo, Célia passa para o próximo item da pauta, que é a aprovação das  
207 3 Atas, sendo todas as aprovadas por unanimidade. Célia informou que as reuniões ficam  
208 também gravadas em vídeo, caso alguém queira ter acesso. Ato contínuo, Celia passou  
209 para o item **5.Comissões do CEDIM**, passando a palavra para a **Comissão Eleitoral**.  
210 Sheila falou que foram publicados 02 (dois) Editais para preenchimento das 12 vagas.  
211 Explicou que no Edital 01 foram 10 Entidades habilitadas e posteriormente eleitas por  
212 meio da reunião de referendo. Como o Conselho tem 12 vagas e foram apenas 10  
213 habilitadas e eleitas, foi necessário publicar o Edital 02 para duas vagas remanescentes  
214 e neste Edital teve 3 Entidades inscritas e que foram habilitadas porque estavam com  
215 todos os seus documentos de acordo com o Edital 02. Assim, as Entidades habilitadas,  
216 participarão do fórum eletivo nos dias 08 e 09 de fevereiro/21, são elas: 1. Associação  
217 Portal Catarina, 2.Instituto Movimento de jovens de Araquari e Associação Brasileira  
218 de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ. No fórum eletivo haverá a eleição para duas  
219 vagas remanescentes. Sheila falou também da legislação do CEDIM sobre a questão das  
220 suplências. Explicou que para cada processo eleitoral ou para cada desistência das  
221 organizações é necessário fazer um processo seletivo para a composição de vagas. Sheila  
222 mencionou que a Comissão eleitoral fez uma reunião dia 20 de janeiro/21 e nessa  
223 reunião foram habilitadas as essas três entidades inscritas. O Fórum será realizado em  
224 dois momentos: no dia 8 o fórum vai ser realizado para informativo e para que a gente  
225 possa informar como que vai ser a votação que vai ser por meio de cédula eleitoral, mas  
226 será on-line, diz que será explicado o processo todo, o procedimento e no dia 09 a  
227 comissão receberá as cédulas e se reunir novamente para dizer quais as organizações  
228 que foram eleitas. A partir do dia 10 de fevereiro deverá ser publicado no Diário Oficial  
229 - DOE/SC a composição da próxima gestão com as 12 organizações e posterior o nome  
230 das conselheiras indicadas por essas organizações. A posse será provavelmente on-line,  
231 será marcado o dia para a posse de todas as conselheiras. Sheila salientou que todo o  
232 processo até o momento transcorreu tranquilamente e não houve problemas. Célia passa  
233 para a **Comissão de enfrentamento à violência contra a mulher**, item que prevê a  
234 retomada do Pacto Estadual Maria da Penha e sobre o retorno das informações/dados da



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

235 Secretaria Estadual de Saúde sobre atendimento às vítimas de violência sexual em Santa  
236 Catarina. Célia falou sobre esse tema dos serviços de referência no atendimento às  
237 vítimas de violência sexual, e que foi realizada em 24 de novembro/20 uma reunião  
238 extraordinária a partir do Ofício enviado ao CEDIM pela Simone da PAPVS de  
239 Blumenau aonde solicitou intervenção do Conselho para alinhamento com as partes  
240 envolvidas nesses atendimentos (Saúde, Segurança Pública, IGP). Dessa reunião foi  
241 deliberado que seria solicitado informações e dados à SES sobre os serviços de  
242 referência às vítimas de violência sexual no estado. A SES fez a devolutiva do  
243 documento e agora a intenção é realizar outra reunião para dar continuidade. Sheila  
244 pediu a palavra e diz entender que, por solicitação inclusive das próprias organizações  
245 que participaram, elas gostariam muito de saber a partir do retorno da SES, quais as os  
246 procedimentos posteriores. Sugeriu novamente uma reunião extraordinária e que fossem  
247 convidadas essas organizações que participaram da reunião anterior, bem como que  
248 fossem encaminhados ofícios com os dados para todas terem uma leitura prévia e a  
249 partir daí dar os próximos encaminhamentos. Sugeriu também convidar a Coordenação  
250 do Comitê de violências da SES/SC. Morgani se inscreve e falou que a Rede- RAIVS  
251 teve a primeira reunião do ano e uma das coisas que elas estavam em discussão de um  
252 cronograma de planejamento com informações direcionadas em vários setores do  
253 funcionalismo público e tudo com relação a alimentar esse protocolo que tem da raízes  
254 de atendimento às vítimas de violência sexual. Explicou que foi colocada como sugestão  
255 e como a SES está aqui no CEDIM, entende importante também fazer esse repasse, a  
256 ideia de usar a plataforma de educação a distância da própria secretaria de saúde para  
257 fazer essas informações e a partir dessa plataforma fazer com que essas informações  
258 sejam abertas para outros municípios, já que a RAIVS vai fazer essa formação  
259 direcionada ao município de Florianópolis. Indagou que achou pertinente, na reunião  
260 da RAIVS, mencionar as articulações que tinham sido iniciadas no ano passado com  
261 esse objetivo também de quem sabe criar um protocolo Unificado de atendimento às  
262 vítimas de violência sexual. Morgani falou que as participantes da RAIVS acharam  
263 interessante e concorda com Sheila de continuar as reuniões dessa pauta. Também  
264 sugeriu propor para a própria RAIVS que esta formação seja aberta aos outros  
265 municípios e também para a sociedade civil, porque o interesse inicialmente delas nesse  
266 projeto, seria ali só de funcionários públicos. Morgani socializou que se colocou à  
267 disposição para ajudar a viabilizar essa discussão e articular com a própria Secretaria de  
268 Saúde do Estado via CEDIM. A sugestão na reunião da RAIVS, de contemplar a  
269 sociedade civil teve boa aceitação e diz que ainda não foi pensado como fazer isso mas  
270 considera que nessa reunião que irão fazer para os municípios possa ser colocado esse  
271 protocolo que a RAIVS já possui, que é um protocolo que está sendo atualizado desde  
272 ano passado, que tem uma boa articulação dos vários setores, da Secretaria de Saúde ,  
273 Secretaria de Assistência Social e também os hospitais. Célia coloca a proposta da



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

274 reunião extraordinária para posicionamento das demais conselheiras. Todas  
275 concordaram e ficou acordado que a reunião será dia 18 de fevereiro/21. Sobre o Pacto  
276 Estadual Maria da Penha, Sheila explicou que entende que é necessário retomar as  
277 atividades do Pacto, voltar às reuniões da rede de enfrentamento à violência contra as  
278 mulheres. Relatou “que foram feitas 7 reuniões e depois veio a pandemia, sendo que  
279 houve a necessidade de adaptação. Destacou a importância de uma política pública  
280 Estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, e que enquanto isso não se  
281 concretizar, não vamos avançar vária, pois existem várias ações, como a ação do Tiago  
282 que é uma pessoa articulada e que conseguiu articular junto aos outros órgãos de defesa  
283 dos direitos a construir uma casa abrigo. A ação do Judiciário, da Secretaria da Saúde, a  
284 do Conselho, mas é preciso estar direcionado, continuou dizendo que é preciso pensar  
285 em uma política pública, pois não adianta ter legislações específicas, ter ações  
286 específicas, se não temos primeiro o direcionamento do governo, recursos a serem  
287 aplicados e a parte técnica para realizar o acompanhamento e fiscalização. Opinou que  
288 para fazer a política pública temos o Pacto Estadual, a rede de enfrentamento, a rede de  
289 atendimento, a Rede Catarina, Patrulha Maria da Penha, a Casa da Mulher Brasileira,  
290 que será necessário discutir essas questões com próprio Governo do Estado e ter outros  
291 procedimentos de ações preventivas. Não temos nada definido, nada pautado nem  
292 recursos disponíveis. Sheila sugeriu então uma conversa com o Governo do estado, com  
293 a bancada feminina da Assembleia Legislativa que possuem prerrogativas quanto à  
294 questão da legislação e fiscalização. Indagou também a respeito do Observatório que  
295 não se sabe qual é a responsabilidade do Governo do Estado nesse sentido, da patrulha  
296 que não se sabe da atuação dentro dos Municípios da rede Catarina que deveria ser uma  
297 política pública de estado, várias são as ações que deveriam estar dentro de um grande  
298 chapéu que é a política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Sheila também  
299 levantou a questão da Casa da Mulher Brasileira, que foi informado na imprensa que  
300 seriam duas em SC, mas sem nenhuma informação sobre o projeto, funcionamento, etc;  
301 Explicou que em Florianópolis tinha projeto para a instalação da casa da mulher  
302 brasileira, com um terreno disponibilizado, o projeto previa o custo e de que forma seria  
303 a gestão, pois a casa da mulher brasileira ela tem ser multifuncional, multidisciplinar a  
304 todas as mulheres situação de violência doméstica e familiar, então o CEDIM precisa  
305 saber quais as mudanças, novidades, propostas. O que se viu foi o Governador  
306 negociando diretamente com a Ministra sem o conhecimento prévio de que isso já é um  
307 projeto que vem de 2012 e que o Conselho esteve presente em todos os momentos.  
308 Socializa que temos também notícia do município de Florianópolis informando que terá  
309 no município a casa da mulher brasileira, opina que o CEDIM deve ter ciência dessas  
310 questões, precisa estar presente nessas decisões, é necessário conversar com os  
311 responsáveis, pois o CEDIM é um conselho de direito deliberativo, fiscalizador e  
312 propositivo, e que nesses momentos de definição e de articulação precisa estar presente,



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

313 diz que o que parece é que não existe Conselho e que não temos o histórico dessas  
314 negociações e articulações. Sheila voltou a mencionar que é essencial a conversa com o  
315 Governo e o Poder Legislativo sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência  
316 contra as mulheres. Célia fez colocações da última reunião que teve sobre o Observatório  
317 da violência que vai ao encontro ao que a Sheila colocou e também aproveitou a  
318 oportunidade para falar das emendas parlamentares direcionadas para o CEDIM/SC para  
319 construir projetos. Essas emendas somam o total R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).  
320 Relatou que essa verba será importante para o Observatório, para o Pacto Estadual Maria  
321 da Pena, mas também para auxílio na criação dos conselhos municipais, aquilo que a  
322 Rosaura já tinha colocado numa reunião anterior. Diz que: “falamos também na reunião  
323 do Plano Estadual que o Conselho não possui e também da folheteria pois precisamos  
324 ter material de divulgação. Foi acertado que a bancada feminina marcaria uma agenda  
325 em fevereiro com o presidente da Alesc e com o Governador para tratar desse assunto  
326 da questão do Observatório da violência e também a deputada Luciane Carminatti  
327 colocou na pauta o Pacto a Maria da Pena. Rosaura se inscreveu e ratificou tudo que  
328 Sheila colocou e sugere marcar essa reunião com o gabinete da SDS antes e em breve.  
329 Célia finalizou a pauta dizendo que o CEDIM precisa mandar um ofício  
330 contextualizando a intenção da reunião e esperar o gabinete se manifestar. Na sequência  
331 Célia passa para a **Comissão de Comunicação**. Morgani falou que nos últimos meses  
332 não houve avanços ou ações pela comissão de comunicação a não ser a publicação dos  
333 editais da eleição do CEDIM tanto no blog quanto nas redes sociais. Célia direcionou  
334 então para a **Comissão de Legislação, Normas e Orçamento**. Sheila falou pela  
335 comissão e diz que foi encaminhado ano passado, depois da Plenária Extraordinária  
336 realizada em outubro, as decisões do Conselho sobre a proposta de adequação à  
337 legislação do CEDIM. A COJUR nos deu retorno respondendo alguns pontos. A  
338 Comissão não se reuniu nesse tempo porque estávamos em recesso. A resposta da  
339 COJUR foi no sentido de orientar o que nós devemos fazer na nossa proposta de  
340 adequações que foi enviada inicialmente. A devolutiva da COJUR com relação a 2 itens,  
341 o do Artigo 3º que é a questão da composição, porque existe uma lei orgânica do Estado  
342 Santa Catarina que fala que os conselhos de direitos podem ter 1(uma) cadeira a mais  
343 em sua composição. No CEDIM há 12 representações da sociedade civil e 12  
344 governamentais e nesse processo todo de adequação, houve como sugestão da COJUR  
345 a possibilidade em diminuir 1(uma) cadeira governamental. Como proposta da  
346 Comissão, ficam as 12 vagas para a sociedade civil e a escolha de 2 novas secretarias  
347 para a representação governamental, levando em consideração a Reforma  
348 Administrativa do Governo. Assim, sugeriu-se a Secretaria de Estado da Fazenda -  
349 SEF/SC e a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP/SC  
350 (essa que já nos deu anuência). O outro item foi a respeito da permissão da prorrogação  
351 no mandato das organizações em casos excepcionais, a COJUR respondeu que é



352 inviável então a sugestão é que façamos só a alteração do § 2º tirando essa parte que  
353 menciona que é permitida a prorrogação do mandato por um ano. Foram, portanto, essas  
354 duas alterações manifestadas pela Consultoria Jurídica à proposta de adequação enviada.  
355 Explicou que será feito o pedido de anuência para a SEF/SC para composição no  
356 CEDIM. Quanto ao Art. 3º §2º permanecerá, portanto, o texto: “as entidades não  
357 governamentais serão eleitas em fórum próprio convocado a cada (2) dois anos por meio  
358 de edital publicado no Diário Oficial do Estado e designados pelo chefe do Poder  
359 Executivo para cumprir um mandato de (2) dois anos conforme disposições contidas no  
360 Regimento Interno.” Sheila informou que as demais propostas encaminhadas à COJUR  
361 não tiveram nenhuma manifestação. Questionou se alguém gostaria de fazer algum  
362 comentário a respeito das sugestões de adequações. Não houve óbice. E então ficou  
363 decidido que serão feitos os encaminhamentos necessários para a tramitação do  
364 processo. Finalizado o item desta Comissão, Célia dá continuidade à pauta, passando  
365 para a **Comissão da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Célia  
366 comentou que foram recebidos do Conselho Nacional os documentos de Regimento  
367 Interno e texto base para a realização das Conferências. Falou que há uma preocupação  
368 sobre a não realização das conferências este ano e que também foi solicitado ao CNDM  
369 que nos enviasse a ata da reunião realizada para os Estados mas ainda não recebemos a  
370 ata da reunião. Célia abriu espaço para manifestações, Rosaura se inscreve e diz que  
371 acha muito delicado o CEDIM nesse momento assumir uma responsabilidade e em  
372 expor ao risco mulheres e suas famílias, porque com certeza onde vamos ter  
373 Conferências, principalmente as municipais, pois teremos que estar sempre articulando  
374 a questão das crianças, pois elas estão hoje sem aulas e sem vacina. No momento não  
375 temos viabilidade técnica e nem prática. Indagou que já foi discutido o tema no ano  
376 passado, das prefeituras que estão assumindo novas gestões. Alguns municípios  
377 realmente mudaram toda a secretaria, mudaram prefeitos e prefeituras. Sheila pede a  
378 palavra e diz que levou essa demanda para dentro da organização que representa - Casa  
379 da Mulher Catarina. Diz que solicitou a colaboração de todas as integrantes e o parecer  
380 que teve foi da não realização dessa Conferência, pelas mesmas razões que a Rosaura  
381 apontou. Sheila também falou do não acesso ao relatório da Conferência de 2016 da  
382 Nacional. Após ampla discussão sobre o assunto, ficou deliberado, por unanimidade,  
383 pela não realização da 5ª Conferência Estadual e que será confeccionada uma minuta de  
384 Resolução com os motivos e considerações e será socializado com todas por e-mail.  
385 Assim que aprovada, será encaminhado pedido para publicação no DOE/SC. Bem como  
386 que será feita uma ampla divulgação em outros meios. Ato contínuo, Célia passa para o  
387 seguinte item: **8 de Março - Dia Internacional da Mulher**. Rosaura pediu a palavra  
388 para lembrar que o CEDIM teve na última reunião ordinária uma ideia de fazer uma  
389 Carta de incentivo e parabenizar a todas as candidatas mulheres eleitas no pleito  
390 anterior. Célia diz que está participando das reuniões da 8M que irá socializar as Atas e



391 intenções do Grupo para as Conselheiras. Finalizado esse item, Célia para o item  
392 **7. Informes Gerais.** Tanara socializou que o CEDIM, por meio da COJUR da SDS,  
393 recebeu um documento para manifestação referente a uma auditoria operacional  
394 realizada pelo Tribunal de Contas do Estado que visa avaliar as ações de enfrentamento  
395 à violência contra as mulheres no tocante ao combate e prevenção assistência garantia  
396 de direitos, bem como o desempenho dos órgãos públicos do Estado, e considerando que  
397 a Presidente do Conselho também aparece nessa relação de responsáveis pelas ações  
398 relacionadas ao enfrentamento à violência. Informa que o processo pode ser acessado  
399 pelo SGPe: SST 2665 2020 onde constam os detalhes e recomendações para  
400 manifestação do CEDIM. Restou deliberado que será realizado um levantamento de  
401 materiais que o Conselho possui para subsidiar a resposta e encaminhado para as  
402 Conselheiras contribuírem. Também foi sugerido e deliberado que o Conselho solicite a  
403 dilação de prazo para responder. O item de informes gerais foi finalizado. **8.**  
404 **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Célia agradeceu a participação de todas e  
405 deu por encerrada a 1ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2021. Eu,  
406 Tanara Rogowski dos Santos, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata e junto a Célia,  
407 Presidente do CEDIM/SC assinamos.

408